

do contraditório pela Origem, para então submeter oportunamente a matéria à deliberação do Pleno. Essa nova proposta virá em substituição à proposta de Determinação nº 20.7.3.

Por fim, entendo que a divergência de interpretação constatada sobre a aplicação da lei de cotas raciais e das regras do Decreto Municipal nº 54.949/14 envolvendo o critério de nomeação nos concursos públicos não reflete matéria a ser tratada no âmbito da apreciação das Contas do Executivo Municipal, vez que envolve interesses particulares que, aliás, já se encontram judicializados, conforme informações prestadas pela Origem, razão pela qual, deixarei também de acompanhar a proposta de Determinação nº 20.19.1.

DESPESAS COM PUBLICIDADE

A análise da evolução das despesas com publicidade institucional da PMSP entre os exercícios de 2010 a 2016 evidencia sensível redução desse gasto em relação aos valores registrados nos exercícios anteriores. Ademais, as despesas realizadas em 2016 deram cumprimento às regras correspondentes ao último ano de mandato (ano eleitoral).

APLICAÇÕES CONSTITUCIONAIS

O Município de São Paulo aplicou, em 2016, 28,70% da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências, na manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Educação Infantil (MDE) e 33,79% quando consideradas também as despesas com a Educação Inclusiva, conforme apurado pela Auditoria. Assim, consideram-se cumpridos o art. 212 da Constituição Federal e o art. 208 da Lei Orgânica do Município. Já na Saúde, consideradas as despesas liquidadas no exercício de 2016, foram gastos 22,4% da receita. Portanto, acima do mínimo exigido pela Lei Complementar nº 141/2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal.

FUNÇÃO EDUCAÇÃO

O Município de São Paulo atua prioritariamente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, detendo uma pequena participação no Ensino Médio, com um contingente aproximado de 79 mil servidores, 974.328 alunos matriculados (51,2% na Educação Infantil e 42,6% no Ensino Fundamental), 3.508 unidades escolares (42,7% da rede direta e 57,3% da rede conveniada) e um orçamento da Educação superior a R\$ 11 bilhões. Do quadro de servidores, 63,4 mil são da carreira do magistério, apresentando acréscimo no número de docentes efetivos e redução no quantitativo de docentes admitidos e em comissão. Já o quadro de apoio apresenta redução ao longo dos anos, em razão dos cargos em extinção de agentes escolares e outros.

No exercício de 2016, as despesas referentes ao mínimo constitucional com o Ensino Fundamental e a Educação Infantil (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino) somaram R\$ 11.291.054.962 e os gastos adicionais relacionados à Educação Inclusiva foram de R\$ 1.716.817.246, perfazendo o total de R\$ 13.007.872.208.

No exercício de 2016, a PMSP alocou 40% dos gastos com inativos da Educação como despesas constitucionais, nos termos da alteração promovida pela Lei Municipal nº 15.963/14 no artigo 3º da Lei Municipal nº 13.245/01. Na Educação Inclusiva, foram

considerados apenas 19% dos gastos com inativos, numa antecipação da exclusão total progressiva desses gastos com inativos na compilação dos gastos com Educação, o que se alinha com o Acórdão deste TCM, proferido em 26.11.2013 no processo TC nº. 72.002.292/08-09.

No exercício, a PMSP recebeu R\$ 3.451.517.070 de transferências do Fundeb e contribuiu com R\$ 1.898.513.002, sendo que o resultado líquido das transferências do Fundeb foi o saldo de R\$ 1.533.004.069. A Auditoria apurou que o percentual dos recursos do Fundeb (ingressos em 2016) aplicado na remuneração dos profissionais do magistério foi de 100%.

O programa "Melhoria da qualidade e ampliação do acesso à educação", que consiste nas ações para operacionalização do sistema de ensino, representa 89% dos recursos empenhados na Função Educação em 2016. A extinção, enquanto rubricas orçamentárias, em 2014, dos programas Educação Infantil e Ensino Fundamental e a aglutinação dos seus projetos e atividades no programa "Melhoria da qualidade e ampliação do acesso à educação" prejudica o acompanhamento e a transparência da execução orçamentária.

Quadro 10.3 - Lei Orçamentária Anual (em R\$ mil)

Programas	LOA Aprovada (A)	LOA Atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E=D/A)
3010 - Melhoria da qualidade e ampliação do acesso à educação	10.501.382	10.538.396	9.679.526	9.354.945	89,1
Outros	594.769	607.338	563.342	535.683	90,1
Total	11.096.151	11.145.734	10.242.868	9.890.628	89,1

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls. 246

Destaca-se a baixa execução orçamentária relacionada aos projetos de construção e/ou reforma/ampliação de CEIs (16,7%), CEUs (14,8%) e equipamentos educacionais (3,7%).

Quadro 10.4 - Lei Orçamentária Anual - 2016
3010 - Melhoria da qualidade e ampliação do acesso à educação (em R\$ mil)

Programas	LOA Aprovada (A)	LOA Atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E=D/A)
Remuneração dos Profissionais do Magistério	3.702.328	3.702.328	3.509.459	3.509.459	94,8
Operação e Manutenção do Sistema Municipal de Ensino	2.523.575	2.587.505	2.537.029	2.459.561	97,5
Operação e Manut. de CEIs e Creches da rede conveniada e outras parcerias	1.790.115	1.875.916	1.747.908	1.742.692	97,4
Alimentação Escolar	563.626	538.406	523.368	466.779	82,8
Operação e Manutenção dos Centros Educacionais Unificados	384.430	374.836	346.629	314.451	81,8
Leve-Leite	248.594	310.342	310.041	246.448	99,1
Transporte Escolar	155.368	218.744	218.235	195.250	125,7
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/ FNDE	108.779	135.105	109.631	84.710	77,9
Fornecimento de Uniformes e Material Escolar	171.255	69.432	64.750	59.275	34,6
Construção, reforma e ampliação de Centros Educacionais Unificados - CEU	295.803	224.635	53.101	43.872	14,8
Construção de Centros de Educação Infantil - CEI	234.134	222.605	49.024	39.208	16,7
Construção de Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI	27.596	34.701	27.406	17.943	65,0
Construção, reforma e ampliação de equipamentos educacionais	28.786	22.031	1.230	1.074	3,7
Subtotal	10.234.388	10.316.586	9.497.812	9.180.723	89,7
Outros	266.994	221.810	181.714	174.222	65,3
Total	10.501.382	10.538.396	9.679.526	9.354.945	89,1

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls. 247

Por outro lado, considerando as metas físicas e financeiras previstas no PPA 2014-2017 e os recursos empenhados de 2014 a 2016, a PMSP não entregou nenhuma

unidade de CEU, e cumpriu apenas 6,8% e 11,3% das metas previstas para construção de CEIs e EMEIs, respectivamente.

O custo aluno de 2016 foi o menor dos últimos 5 anos já que o percentual de acréscimo de recursos aplicados (4,8%) foi menor do que o aumento de alunos matriculados (5,3%). Em 2016, o custo aluno/ano chegou a R\$ 10.512,75/ano ou R\$ 876,06/mês.

Quadro 10.12 - Função Educação - Fases da despesa e custo aluno 2012 a 2016 Em (R\$)

Fases	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2012-2016 %
Dotação inicial	7.593.561.425	8.199.545.057	9.142.952.700	9.883.668.484	11.096.151.037	
Dotação atualizada	7.856.549.554	8.508.379.122	9.432.317.097	10.074.19.919	11.145.733.415	
Empenhado	7.559.923.380	8.111.898.059	8.850.383.817	9.767.806.212	10.242.868.169	
Liquidado	7.144.880.624	7.756.270.022	8.465.080.164	9.259.587.892	9.890.627.469	
Pago	7.093.920.458	7.729.273.562	8.447.322.904	9.230.299.425	9.865.022.267	
Empenhado atualizado pelo IPC-FIPE para dez/2016	9.776.500.353	10.098.539.344	10.472.940.761	10.406.498.675	10.242.868.169	4,8
Nº de alunos	924.869	919.592	911.590	939.741	974.328	5,3
Custo aluno	10.570,69	10.981,54	11.488,65	11.073,79	10.512,75	-0,5

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls. 282

EDUCAÇÃO INFANTIL

Na Educação Infantil, houve aumento de 75 unidades (3%), em relação ao fim de 2015, sendo todas na rede conveniada. A rede conveniada é responsável por 47% dos alunos matriculados na Educação Infantil, sendo que, na faixa etária de 0 a 3 anos, atende 80% dos alunos.

Tabela 10.7 - UNIDADES DE ENSINO da Rede Municipal de São Paulo.

Unidades de Ensino	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Educação Infantil	2.000	2.157	2.165	2.307	2.525	2.600
Rede Direta	883	893	904	906	919	919
CEI Direta	357	359	359	360	362	362
EMEI e CEMEI	513	525	536	537	550	551
CECI	3	3	3	3	3	3
CCIC/IPS	10	6	6	6	4	3
Rede Conveniada	1.117	1.264	1.261	1.401	1.606	1.681
CEI Indireta (Convênio)	319	355	355	361	365	354
Creches (Convênio)	798	909	906	1.040	1.241	1.327

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls. 276

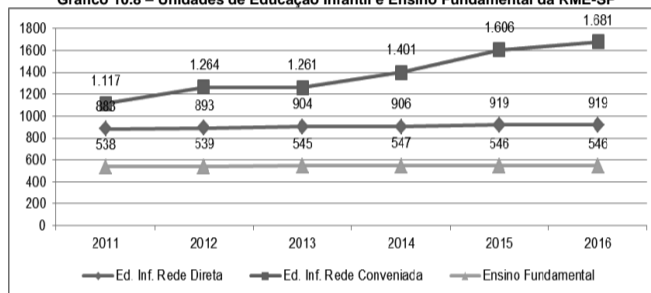
Tabela 10.8 - Quantidade de alunos MATRICULADOS na RME-SP.

Matriculas	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Educação Infantil	380.695	397.351	414.828	430.498	465.298	499.228
Rede Direta	238.416	242.540	251.561	252.425	254.748	265.462
Creche	55.813	61.202	56.406	57.305	56.500	57.181
Pré-escola	182.603	181.338	195.155	195.120	198.248	208.281
Rede Conveniada	142.279	154.811	163.267	178.073	210.550	233.766
Creche	139.748	152.892	158.054	170.899	204.285	226.998
Pré-escola	2.531	1.919	5.213	7.174	6.265	6.768

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls. 279

A quantidade de escolas da administração direta e do Ensino Fundamental não sofreu alterações significativas ao longo dos últimos 5 anos, revelando que a rede de ensino cresce apenas com a rede conveniada.

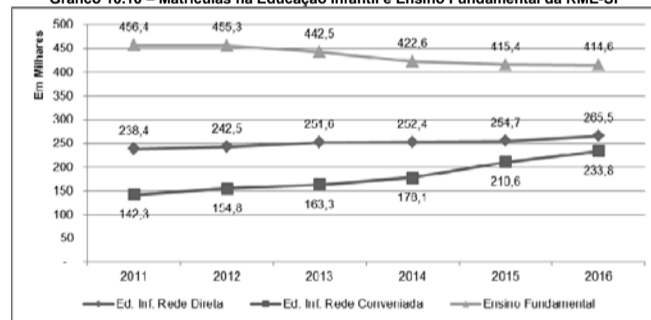
Gráfico 10.8 - Unidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental da RME-SP



Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls. 277

A variação na quantidade de matrículas ocorrida em 2016 segue tendência verificada desde 2011, com aumento de 33.930 alunos na Educação Infantil, especialmente na rede conveniada, e queda de 771 matrículas no Ensino Fundamental.

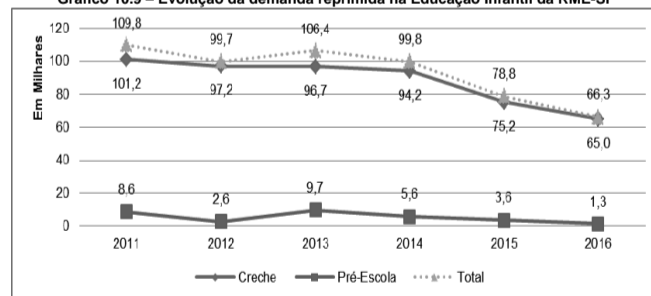
Gráfico 10.10 - Matrículas na Educação Infantil e Ensino Fundamental da RME-SP



Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls. 280

A demanda não atendida na Educação Infantil vem caindo, mas permanece distante de uma solução definitiva. A queda de 12.480 alunos aguardando matrícula observada em 2016 foi inferior à diminuição de 21.025 observada em 2015.

Gráfico 10.9 - Evolução da demanda reprimida na Educação Infantil da RME-SP



Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls. 277

O aumento de 75 unidades na rede conveniada da Educação Infantil foi insuficiente face à demanda reprimida, que fechou em 66.309 em dezembro de 2016, sendo 98,1% referente às vagas em creches. A demanda reprimida na Pré-Escola fechou em 1.269 vagas no ano de 2016, portanto a Determinação constitucional não foi ainda